

POVO UNIDO APRESENTA GRANDES LINHAS DE POLÍTICA MUNICIPAL

«A fixação das finanças locais por meio de lei geral é condição indispensável para que as autarquias sejam libertadas de quaisquer favores ou desfavores do Governo central», considera a F.E.P.U.—Frente Eleitoral Povo Unido, num documento definidor da política municipal e local, divulgado, ontem à tarde, no decurso de um encontro com os representantes dos órgãos de Comunicação Social, efectuado na Casa da Imprensa.



Paulo Loureiro, Carlos Costa, Veiga de Oliveira, Eduardo Pedroso, Anselmo Anibal, Oliveira e Sá, Rui Carneiro e José Tengarrinha na conferência de Imprensa do Povo Unido

Formaram a mesa da conferência de Imprensa Anselmo Anibal e Oliveira e Sá, independentes, Paulo Loureiro e Rui Carneiro, da F.S.P. (Frente Socialista Popular), Carlos Costa e Veiga de Oliveira, do P.C.P. (Partido Comunista Português) e Eduardo Pedroso e José Tengarrinha, do M.D.P./C.D.E. (Movimento Democrático Português/C.D.E.), todos na qualidade de membros da comissão coordenadora da comissão nacional da Frente.

Usou da palavra, em primeiro lugar, Anselmo Anibal, tendo acentuado que «a F.E.P.U. não tem identidade partidária e ultrapassa a força das organizações democráticas que a integram».

Na mesma linha de ideias, Carlos Costa, já no período de perguntas e respostas, comentou palavras de Mário Soares no congresso do P.S. nas quais o dirigente socialista considerava que o P.C. concorre às eleições «mascarado» de Povo Unido.

«É uma afirmação eleitoral do dr. Mário Soares. Ele sabe muito bem que assim não é», disse aquele membro do comité central do P.C.P.

Ainda durante a conferência de Imprensa a F.S.P. divulgou as razões que a levaram a aderir à F.E.P.U. Foi entregue uma lista com cerca de 500 nomes que formam a Comissão Nacional da Frente e José Tengarrinha esclareceu qual o sentido do encontro havido entre uma delegação do M.D.P./C.D.E. e o cardeal patriarca, D. António Ribeiro.

Reservas insondáveis da participação das populações

Eduardo Pedroso começou por definir o documento sobre política municipal e local pela negativa.

«Não é um programa», sublinhou, querendo com isso significar que não existe uma direcção política como se de um partido se tratasse. Pelo contrário existem tantos programas quantos as listas da Frente Povo Unido.

O documento divide-se em dois grandes capítulos, precedidos de um balanço sumário da administração local após o 23 de Abril e encerrados com um veemente convite à unidade.

No primeiro capítulo indicam-se os três fundamentos da política municipal e local, propostos pela frente:

«Confiança ilimitada no papel das massas populares e na sua capacidade de se organizarem em defesa dos seus interesses.

«Compatibilidade entre os interesses imediatos das populações requerendo resposta pronta e os interesses a médio e longo prazo, necessitando soluções de fundo, impondo e possibilitando o planeamento.

«Harmonização dos interesses municipais e locais, a exigir efectiva e autêntica autonomia dos órgãos do poder local, e os interesses nacionais

«Contactos estreitos com as populações»

No outro capítulo apresentam-se sete grandes linhas de política municipal e local. A primeira diz respeito à autonomia. Assim, segundo preconiza o documento a que nos vimos referindo, «os órgãos eleitos pelo povo deverão dispor de uma liberdade plena e atribuições bem definidas em lei da Assembleia da República, a aprovar urgentemente».

A seguir é de novo focado o problema das finanças, recordando-se que o Art.º 255.º da Constituição impõe que a Assembleia da República elabore e aprove legislação garantindo a participação do município nas receitas provenientes dos impostos directos.

A terceira linha «condições de vida nas freguesias e concelhos» — acentua a importância da complementaridade do «apoio técnico e da iniciativa das massas populares».

No tocante ao «urbanismo e desenvolvimento económico», os municípios e freguesias deverão ser ouvidos sobre os

conselhos municipais é referida a propósito.

Finalmente fala-se de «verdade e informação».

«O conhecimento correcto das realidades e dificuldades — lê-se no documento da F.E.P.U. — deverá ser uma das bases de toda a actuação dos eleitos pela Frente Eleitoral Povo Unido e ao mesmo tempo a garantia permanente do cumprimento das suas obrigações para com as populações que os elegeram.»

«P.S. e P.C.P. vão ter a maioria»

No período de perguntas e respostas o dirigente comunista Carlos Costa manifestou a convicção de que os resultados das eleições de Dezembro forneceriam uma maioria de votos para o P.C.P. e o P.S., em coranto com o P.S.D. e C.D.S. Em resposta a Mário Soares, insistiu no carácter específico da próxima consulta eleitoral.

«Em relação a estas eleições as pessoas não se dividem por problemas gerais mas agrupam-se por problemas que têm de ser resolvidos», disse.

Na mesma linha de ideias Carlos Costa frisou que comunistas e socialistas vão colaborar nas autarquias locais.

Protestos pela recusa das listas no Sardoal

O eng.º Veiga de Oliveira fez o ponto da situação no tocante à entrega das listas. Segundo informou, foram apresentadas listas para as Câmaras e Assembleias Municipais em todos os concelhos do País. Relativamente às freguesias, a Frente apoia listas para 1300 assembleias, o que corresponde a 71 por cento do eleitorado. No total, número dos candidatos eleva-se a cerca de 28 mil.

As listas pelo Sardoal foram rejeitadas pelo juiz devido ao atraso com que foram entregues no tribunal, no último dia do prazo para apresentação de candidaturas. Esse procedimento do juiz foi posto em contraste com a decisão do juiz da 4.ª Vara Civil de Lisboa que, no dia seguinte ao último do prazo estipulado para a entrega das listas, recebeu candidaturas do P.S. referentes a

22 freguesias de Lisboa. No caso foi invocado um artigo do Código Civil, tendo o P.S. pago uma multa.

Veiga de Oliveira, além do protesto público pela discriminação que atingiu a F.E.P.U., anunciou o recurso para o Tribunal da Relação e o envio de um protesto à Comissão Nacional das Eleições.

Nos Açores e na Madeira, de acordo com dados provisórios, a F.E.P.U. apresentou listas às assembleias e câmaras municipais de 19 concelhos e cerca de dez a assembleias de freguesia.

«Isso deve-se, segundo Veiga de Oliveira, não a «menor capacidade» da frente mas a «uma situação marcada por clima antidemocrático e intimidatório, clima esse que se reflecte nas populações».

Referindo-se à composição das listas, Veiga de Oliveira frisou que alguns casos incluem não apenas militantes do P.S. mas cidadãos que votaram no P.P.D. e no C.D.S. e que se distinguem pela sua honestidade e espírito democrático.

Oliveira e Sá forneceu percentagens sobre a participação de independentes nas listas do Povo Unido: Essa participação sobe em muitos concelhos e freguesias, a mais de 70 por cento.

Paulo Loureiro leu um documento da F.S.P. sobre a adesão à Frente Eleitoral Povo Unido.

Na fundamentação apresentada pelo representante, designadamente, que «a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral passa por uma correcta administração do poder local e pela dinâmica unitária das massas em torno de objectivos de interesse comum das populações».

A audiência do cardeal-patriarca ao M. D. P.

José Tengarrinha, interrogado pelo representante do nosso jornal a respeito da audiência concedida pelo cardeal D. António Ribeiro a uma delegação do M.D.P.-C.D.E., precisou que a entrevista foi solicitada em nome do seu partido e não da F.E.P.U. e que se integra num conjunto de contactos com autoridades a vários níveis.

O M.D.P. expôs os motivos por que aderiu à frente, tendo a troca de impressões incidido sobre as próximas eleições, «dadas as vastas reformas, dadas as vastas reformas de carácter social e económico são muito superficiais». «A coincidência de pontos de vista foi muito grande. A nossa delegação ficou muito satisfeita» — referiu ainda Tengarrinha.

LIBERTAR AUTARQUIAS DE FAVORES OU DESFAVORES DO GOVERNO ATRAVÉS DA FIXAÇÃO DAS FINANÇAS LOCAIS

REFORMADOS CONDENAM CONGELAMENTO DE PENSÕES

A apresentação aos órgãos da Informação de uma «exposição ao I Governo Constitucional» foi o ponto principal da conferência de Imprensa realizada na tarde de ontem pela União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social (U.P.P.S.S.). A conferência de Imprensa, a que assistiu o Grupo de Trabalho de Reformados na Intersindical e a Comissão de Reformados da Margem Sul do Tejo, iniciou-se com uma alocução do presidente da comissão directiva, Joaquim Rosendo, que, lamentando o congelamento das pensões de reforma e sobrevivência superiores a dois mil e mil e duzentos escudos, numa altura em que os preços dos géneros alimentares subiram de 5,7 para 20,9 por cento, acentuou não se poder acreditar que se «congelem» salários ou pensões. «Foi esta acção negativista que o Ministério dos Assuntos Sociais levou a efeito, em relação aos reformados e pensionistas, nos anos de 1975 e 1976», salientou.

Pedido novo salário mínimo

Foi depois apresentada a «Exposição ao I Governo Constitucional», baseada no «Artigo 63.º da Constituição da República que prevê a criação de um sistema de segurança social que protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez e orfandade». Nessa exposição, sob a forma de projecto de decreto-lei são apresentadas as reivindicações da União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social.

No referido documento é apontada a fixação do salário mínimo nacional em 5000\$00 e as pensões mínimas da invalidez e velhice do regime geral da Previdência em 4000\$00, ou seja, o equivalente a 80 por cento do salário mínimo proposto.

Entre outras, são ainda propostas medidas como a adição de percentagens às pensões base «por cada ano a mais além de dez anos de contribuição registada nas Caixas de Previdência», a fixação em 2500\$00 das pensões mínimas de reforma por invalidez e velhice dos trabalhadores rurais e a sua integração no esquema da Previdência Geral, e ainda a fixação da idade de reforma e velhice em 60 e 58 anos, respectivamente para homens e mulheres.

Durante aquele encontro com os órgãos da Informação, Joaquim Rosendo salientou ainda: «A nossa associação, embora tenha acompanhado a acção de alguns agrupamentos de reformados discorda, no entanto, da atitude pouco ortodoxa de alguns elementos do Norte e do Centro do País que, a par da defesa de um caderno reivindicativo suficientemente elaborado, face às realidades, queriam impor uma organização monopolítica, qual figurino do tipo corporativista fascista, com qualificação obrigatória de em por cento das suas pensões. Pelo contrário, a União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social prefere o diálogo com as entidades governamentais.»

TAP E DETA ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO

A TAP e a DETA concluíram um acordo de cooperação que prevê vasto intercâmbio entre os serviços de formação e documentação das duas transportadoras aéreas e a utilização mútua de meios técnicos, materiais e humanos.

As relações entre a TAP e a DETA têm vindo a desenvolver-se de forma considerada muito boa, pelo comandante José Bacelar, subdirector da transportadora moçambicana. Um certo número de técnicos da TAP encontram-se em Moçambique a prestar assistência à DETA, sendo que o pessoal especializado na companhia moçambicana é quase todo formado pela TAP.

O acordo prevê assinado regula juridicamente a colaboração já existente, ao mesmo tempo que define novos campos de cooperação.

Durante a cerimónia que ontem à tarde teve lugar em Lisboa, foi também assinada

uma declaração de intenções entre a TAP e a COMAG (Companhia Moçambicana de Aviação Geral), com vista a uma cooperação futura. A COMAG, que ainda não tem personalidade jurídica, resultará da fusão de todas as companhias de táxis aéreos existentes em Moçambique, sendo por isso uma empresa de economia mista. A actividade da COMAG circunscrever-se-á à exploração do transporte aéreo ligeiro doméstico e internacional.

Boas relações

À cerimónia da assinatura dos protocolos entre a TAP, por um lado, e a DETA e a COMAG, por outro, assistiu o director-geral da Aeronáutica Civil, brigadeiro Bastos, bem como o chefe de gabinete do ministro dos Transportes e Comunicações.

Assinalando o acontecimento, o presidente do conselho de gerência da TAP, Gomes

Mota, exaltou as boas relações entre Portugal e Moçambique.

Depois de acentuar que «estas possibilidades são largas de colaboração entre as duas companhias são regidas naturalmente pelas solicitações de cada uma delas, não havendo assim, portanto, qualquer forma directa ou sofisticada da imposição», Gomes concluiu, dirigindo-se ao comandante Bacelar: «Sabe bem, senhor comandante, quanto pessoalmente me sinto efectivamente ligado ao progresso de Moçambique e como penso ser do maior interesse para a comunidade do futuro dos nossos povos, um espírito sempre renovado e sempre jovem de uma cooperação que, respeitando inexoravelmente a Independência de cada um dos nossos Estados, assente na vontade política definida no espírito de Lusaka, meridiano histórico das novas relações entre Portugal e Moçambique.»